

Brasil congelará a dívida externa em US\$ 100 bilhões

4 JUN 1985

A dívida externa brasileira não passou de US\$ 99,88 bilhões, em dezembro de 1984, e só atingirá US\$ 100,16 bilhões, ao final deste ano, contra as estimativas anteriores de US\$ 102,44 bilhões e US\$ 104,84 bilhões, respectivamente, anunciou ontem o Banco Central, ao divulgar a sétima versão do programa de ajuste econômico interno e externo entregue aos credores internacionais, com a nova projeção do balanço de pagamentos deste ano. O Brasil assume a disposição de jogar duro com o Fundo Monetário Internacional e não só aceita a possibilidade de ficar sem dinheiro novo do FMI — previsão original de ingresso de US\$ 1,13 bilhão — como também a hipótese de efetuar pagamento líquido de US\$ 63 milhões, ao longo deste ano.

As novas estimativas divulgadas ontem mostram que o País pode, na análise do Banco Central, passar o ano todo sem dinheiro novo dos bancos internacionais e do FMI e ainda incorporar US\$ 400 milhões de ouro às suas reservas cambiais, com a elevação do saldo, ao longo deste ano, de US\$ 11,99 bilhões para US\$ 12,39 bilhões. Para obter o pequeno acréscimo das reservas, o Brasil precisa basicamente reescalonar o principal da dívida a vencer este ano de US\$ 8,41 bilhões — US\$ 6,33 bilhões junto aos bancos privados e mais US\$ 1,38 bilhões ao Clube de Paris.

Sem novos desembolsos, ao longo deste ano, a dívida registrada de médio e longo prazos junto aos bancos privados estrangeiros cairá de US\$ 60,39 bilhões para US\$ 59,78 bilhões, enquanto os compromissos não registrados de curto prazo junto às mesmas instituições diminuirão no período de US\$ 7,89 bilhões para US\$ 7,67 bilhões. Assim, segundo o Banco Central, este ano, os bancos pri-

vados receberão US\$ 830 milhões líquidos e os seus créditos no Brasil reduzirão de US\$ 68,28 bilhões, em dezembro de 1984, para US\$ 67,45 bilhões, ao final de 1985.

Além dos US\$ 67,45 bilhões de dívidas aos bancos privados, o País chegará ao final do ano com débito de US\$ 24,59 bilhões a instituições não bancárias — organismos multilaterais, agências governamentais, fornecedores e matrizes de multinacionais — e mais US\$ 8,11 bilhões a bancos brasileiros no exterior. As fontes não bancárias deverão liberar, na projeção do Banco Central, US\$ 1,12 bilhão líquidos ao Brasil — desembolsos brutos chegarão a US\$ 4,43 bilhões para amortizações de US\$ 3,21 bilhões, contabilizados US\$ 675 milhões de conversão de dívida em investimento direto.

A surpresa da sétima versão do programa de ajuste ficou mesmo

por conta da queda na posição da dívida de 1984. Em relação aos números divulgados no início de março, a nova estimativa até eleva de US\$ 8,48 bilhões para US\$ 8,67 bilhões a posição da dívida de curto prazo, em dezembro último, mas reduz o total dos compromissos registrados de médio e longo prazos de US\$ 93,96 bilhões para US\$ 91,21 bilhões.

De um trimestre para outro, o saldo da dívida brasileira junto aos bancos estrangeiros, ao final de 1984, foi revisto de US\$ 70,28 bilhões para US\$ 68,28 bilhões — corte de US\$ 2 bilhões. Sem explicar os motivos de tamanha redução, o Banco Central só esclarece que, ao final de março último, o Brasil devia US\$ 9,9 bilhões aos bancos internacionais por conta das linhas de crédito comercial e mais US\$ 5,6 bilhões de depósitos interbancários.